

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO - PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE
ESCOLA POPULAR DE AGROECOLOGIA E AGROFLORESTA EGÍDIO
BRUNETTO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA

PLANO DE CURSO

Rio de Janeiro - RJ,
Outubro de 2018.

APRESENTAÇÃO

O curso de especialização *lato sensu* “Educação e Agroecologia” é uma parceria da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto, localizada no município de Itamaraju, e tem se constituído como referência para a estruturação de projetos com as escolas do campo do território do extremo sul da Bahia.

Os princípios da EPSJV/Fiocruz, sobretudo, a politecnia, propõem a construção de uma escola unitária e crítica, o que pode contribuir com a formulação e a realização deste curso que se destina aos educadores e educadoras das escolas do campo. Por outro lado, a EPSJV também tem, a partir da realização de mais este processo pedagógico, a oportunidade de aprender com a realidade dos territórios camponeses, dos movimentos sociais e dos educadores que constroem um modo de viver a partir de uma relação mais íntegra com a saúde, a educação, o trabalho e o meio ambiente.

O curso pretende viabilizar um processo de formação para os educadores que atuam na Educação do Campo em áreas de Reforma Agrária, na modalidade da pós-graduação (*lato sensu*), com vistas à consolidação dos conhecimentos acerca dos métodos e das teorias críticas em educação e em agroecologia. É um processo que tem como estratégia a possibilidade de se formar para compreender a realidade dos territórios e promover a Agroecologia nas escolas e em toda a região.

Assim, o curso não é uma estratégia isolada e pontual, é parte de um conjunto de iniciativas relevantes e pioneiras que tentam disputar as possibilidades de viver de forma digna, saudável e em harmonia com a natureza em um cenário complexo e com intervenção do capital internacional (expansão da monocultura de eucalipto desde os anos 1980). Destacam-se neste processo, alguns fatos:

- (1) A luta e as ocupações realizadas pelo MST que culminaram com a conquista de mais de 30 mil hectares de terra distribuídos em 17 áreas na região;
- (2) O engajamento do MST ao priorizar este território para a implementação de iniciativas como o projeto de assentamentos agroecológicos. Ressalte-se aqui que há uma equipe técnica deste movimento que atua em 19 assentamentos da reforma agrária com este objetivo;

- (3) A realização de estudos sistemáticos sobre a cadeia do agronegócio que disputa as terras com os camponeses na região, bem como as práticas de agropecuária hegemônicas neste território;
- (4) A criação da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB) como espaço de referência técnica e formação sobre a produção agropecuária na região, sobretudo, na pesquisa agroecológica;
- (5) A inclusão da temática da Agroecologia na Educação Básica das escolas públicas dos assentamentos e acampamentos de boa parte dos municípios da região desde 2015, como oportunidade para a problematização do modelo de produção agrícola convencional, a reflexão sobre os danos e dos impactos à saúde do uso dos agrotóxicos e a construção do conhecimento sobre a Agroecologia no âmbito da Educação Básica.

Como aspectos relevantes para a construção deste curso, destacamos:

- A realização de uma oficina pedagógica entre os dias 17 e 21 de setembro com os educadores e a direção da EPAAEB e os professores das escolas do campo para identificação das demandas de formação no curso de especialização em agroecologia. A oficina ocorreu na sede da EPAAEB e resultou na construção de boa parte deste plano de curso e na composição da Comissão Político Pedagógica;
- A realização de informe sobre esta oficina e apresentação da proposta do curso no Colegiado da Pós-graduação da EPSJV em 05 de outubro de 2018;
- A realização de chamadas abertas para docentes da EPSJV/Fiocruz para a construção do plano de curso;
- A realização de duas reuniões com os docentes da EPSJV/Fiocruz que se disponibilizaram a construir o curso nos dias 26/10 e 01/11/2018.

Por tudo o que foi exposto, a formação dos educadores das escolas do campo, sujeitos de uma realidade conflituosa em que a hegemonia da produção agrícola convencional é disputada por um projeto agroecológico, torna-se dispositivo estratégico para construir novas formas de viver, se relacionar com a natureza, produzir alimentos, trabalhar e ter saúde nesta região.

Além disso, a afirmação de um curso, na modalidade de pós-graduação, é uma oportunidade de consolidar as práticas e pesquisas em agroecologia nos currículos da educação básica; produzir conhecimentos sobre educação e agroecologia; ampliar os vínculos escola-família-comunidade-serviços de saúde, fomentar projetos e políticas públicas para a construção de territórios agroecológicos dialoga com as missões técnicas e institucionais da EPSJV e da própria Fiocruz.

I. ANTECEDENTES

Desde 2005, a EPSJV desenvolve projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa cooperação vem se materializando por meio de construções pedagógicas com os setores de Educação e de Saúde do MST, e de pesquisas, que têm como finalidade qualificar, em nível nacional, a educação em saúde do campo, em consonância com os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), instituída no SUS no final de 2011 (BRASIL, 2011), mas que vem sendo formulada no âmbito do Ministério da Saúde desde 2003, por meio do Grupo da Terra.

As parcerias institucionais entre a EPSJV e os movimentos sociais do campo, possui longa trajetória. A cooperação técnica tem se dado nos âmbitos da pesquisa, do ensino e da produção de materiais pedagógicos.

As ações de pesquisa tiveram como objetivo a sistematização de conhecimento para a estruturação das propostas formativas. Por esta natureza, não há uma publicação específica com o enfoque da pesquisa, muito embora iniciativas como os projetos “Demandas de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: elementos para a formulação de proposta didático-pedagógica voltada para a promoção à saúde da população do campo” (2007-2008) e “Determinantes Sociais da Saúde nos Territórios de Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): elementos para a elaboração de proposta de formação em saúde ambiental para a população do campo” (2010-2011) tenham sido absolutamente importantes para o delineamento de nossas ações.

No âmbito do ensino realizamos os seguintes cursos:

- *Curso Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Saúde Ambiental das Populações do Campo (CTMA)*, viabilizado por meio da Cooperação CGVAM/MS e Fiocruz (2008-2009);
- *Curso de Especialização Técnica de Políticas Públicas de Saúde para a População do Campo*, viabilizado por meio da Cooperação com SEGEP/MS (2010-2011);
- *Curso de Especialização (latu senso) em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais*, curso realizado em parceria com várias instituições públicas

brasileiras de ensino, dentre elas, UERJ, UFRJ e UFF sendo a primeira turma viabilizada pelo PRONERA (2011-2013) e a segunda turma pelo PRONERA/CNPq (2013-2015);

- Curso Técnico em Meio Ambiente, realizado simultaneamente para duas turmas, por meio da Cooperação com SGETS/MS (2012-2013). Este curso teve por base o curso anteriormente citado de *Especialização Técnica em Saúde Ambiental para as Populações do Campo*;

- Curso de Qualificação Profissional *Cooperativismo, Agroecologia, Saúde e Meio Ambiente*, viabilizado através do PRONERA/CNPq/Secretaria Nacional da Juventude (2015-2017).

A partir destas experiências, realizamos algumas publicações, tais como o Dicionário Educação do Campo (2013); uma edição especial da Revista Poli cuja temática foi a “Educação Profissional: projetos em disputa no campo brasileiro” (2014); o Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (2015); a coleção Tramas e Tessituras, composta por 5 livros que sistematizam a experiência do Curso Técnico em Meio Ambiente; Revista Poli; o livro Hegemonia Burguesa na Educação Pública: problematizações no Curso TEMS (2018).

Sobre a cooperação técnica, realizamos na EPSJV o *XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio de Janeiro* (2010) e temos participado das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (2016 e 2018 de forma mais estruturada e 2015 e 2017 com atividades pontuais).

Ainda temos em andamento alguns projetos, tais como:

- *Curso de Educação de Jovens e Adultos em Assentamentos Rurais do Estado do Rio de Janeiro* – em parceria com o MST-RJ, UERJ/FEBF; desde 2015 esperando liberação do INCRA-RJ;

- *Dicionário de Educação em Agroecologia*, em parceria com a Presidência da Fiocruz;

- *Elaboração de material educativo para Alfabetização de Adultos: “Círculo de Cultura Sim, Eu Posso!”* – em fase de elaboração e testagem;

- *Curso de Práticas Integrativas, Tradicionais e Complementares em Saúde para População do Campo* – viabilizado por emenda parlamentar.

Diante desse histórico em que vimos construindo uma interlocução profícua entre a educação politécnica, a Educação e a Saúde do Campo e a luta pela efetivação

dos direitos, se configura uma nova possibilidade de formação que aprofunda nossa missão em prol da emancipação da classe trabalhadora.

II. JUSTIFICATIVA

O fortalecimento do debate e formação em agroecologia no território do Extremo Sul da Bahia, a partir das unidades escolares dos assentamentos da reforma agrária, tem sido uma importante ferramenta de luta no embate às contradições impostas pelo avanço do capital na agricultura e suas consequências socioambientais, com implicações importantes para os modos de viver e ter saúde.

Entendendo que compreender a estrutura fundiária, bem como as disputas pela terra que ocorrem no campo da região extremo sul da Bahia é pré-requisito para tratarmos a educação em agroecologia na perspectiva de compreender a realidade contraditória pelo qual as escolas estão situadas e os desafios que estão postos neste momento histórico, bem como se apropriar e potencializar as experiências de vida, os conhecimentos, as técnicas e as culturas que as comunidades possuem, com destaque para o manejo agroecológico, edáfico, das águas, dos resíduos e habitacionais.

Os processos pedagógicos de formação em agroecologia estão em consonância com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil 2012), cujas diretrizes prescritas no Art. 3º são:

I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e

animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e

VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Procuraremos nesse momento apontar elementos que justificam o fortalecimento dessa estratégia a partir de três movimentos históricos norteadores, sendo eles: (a) o contexto histórico da constituição do processo de desenvolvimento do Território Extremo Sul da Bahia; (b) a construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto e (c) o debate da agroecologia nas escolas dos assentamentos do MST e nos território;

(a) O contexto histórico da constituição do processo de desenvolvimento do Território Extremo Sul da Bahia

A região do Extremo Sul da Bahia, composto por 21 municípios e uma área de 30.520 Km², possui vegetação predominante de mata atlântica caracterizada por enorme biodiversidade. Esta região teve o processo de exploração dos recursos naturais intensificado a partir da construção da BR 101 na década de 1970.

A monocultura do eucalipto começa a se expandir na década de 1980 com incentivos fiscais governamentais, porém foi na década de 1990 que se acelerou a expansão do plantio, tornando a região responsável por 90% da produção de celulose do estado, passando de 350.000 m³ em 91 para 5.038.564 m³ de madeira em 2004 (IMA, 2008).

Paralelo a expansão do eucalipto no Extremo Sul, os empregos permanentes no campo diminuíram em 56% de 1985 para 1995, passando de 20.249 para 8.914 respectivamente, os empregos temporários tiveram uma redução para 10%, de 23.111 para 2.398. Já a população rural passou de 76,9% em 1980 para 22% em 2000. Os estabelecimentos rurais com menos de 50ha tiveram uma redução de 155.753 ha para 66.595 ha (IMA, 2008).

A atuação por parte das grandes empresas se sobrepõe, na maior parte das vezes, às leis dos países, territórios e municípios. Assim, estas empresas pouco têm respeitado os limites de áreas a serem ocupadas pelo plantio do eucalipto. O Ministério Público

Estadual (MPE) instaurou no ano de 2008 um inquérito civil para investigar as áreas de plantio da Veracel Celulose S.A., que, segundo o órgão, está realizando uma expansão predatória em todo o extremo sul da Bahia, principalmente em Eunápolis. A Veracel teria ultrapassado em mais que o dobro a área permitida plantio com eucalipto, que é de 20%, pois dos 1.197 km² do território de Eunápolis, a empresa plantou em mais de 40%.

No aspecto ambiental, destacam-se não somente o deserto verde (termo designado para os efeitos da monocultura desta produção), instalado em grande parte do território, com uma perda incalculável da biodiversidade da mata atlântica. A expansão em escala do eucalipto também avançou sobre áreas protegidas por lei. Em estudo realizado pelo órgão ambiental do estado da Bahia, nas áreas de fomento da Veracel fiscalizadas, 70% não possuíam licença ambiental, 60% estavam sem reserva legal averbada, 15% não possuíam reserva legal e 70% apresentavam as áreas de preservação permanente (APP) (rios e encostas) intensamente antropizadas. Nas áreas da Aracruz os números são ainda piores, 53% não são licenciados, 82% sem reserva legal averbada e 89% com APP antropizadas (NETO, 2012).

Como parte deste projeto, também se aprofundou o uso combinado e intensivo de agrotóxicos, que promovem contaminação profunda da terra e produzem danos à saúde. O Brasil ocupa o primeiro lugar em consumo de agrotóxicos no mundo, como nos explica Carneiro (2015), em estudos referentes aos impactos dos agrotóxicos na saúde, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Tal estudo enfatiza que nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, enquanto o mercado brasileiro cresceu 190%. No ano de 2008 o Brasil assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Estima-se que cada brasileiro consome 5,2 litros de agrotóxicos ao ano.

Verificamos assim que este território hegemonicamente está dominado pelas empresas multinacionais da celulose e é com essas empresas que se dão as disputas territoriais, no campo da apropriação dos recursos naturais em prol da manutenção deste modelo de agricultura, o que resulta em impactos tanto do ponto de vista do aprofundamento das desigualdades sociais, quanto à destruição da natureza e da saúde humana a partir do uso de agrotóxicos na agricultura.

(b) A Construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto

A EPAAEB o foi construída neste cenário em que a terra é apropriada violentamente pelo capital internacional. É, por conseguinte, contraponto ao modelo hegemônico e surge das ocupações de seis fazendas da Empresa Fibria Celulose¹ em 2006.

A Escola Popular está situando em uma das áreas ocupadas neste processo de luta, o Assentamento Jaci Rocha onde residem no espaço 120 famílias em uma área de 2.370,55m e localizada a 200 metros da BR 101, situado no perímetro do município de Prado/BA região fronteira, no eixo da BR 101 a 18km de Itamaraju e 47km de Teixeira de Freitas.

A partir da parceria entre MST e Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental, estruturou-se uma equipe com técnicos, agricultores e especialistas, com o objetivo de desenvolver as atividades do projeto assentamentos agroecológicos e neste prestar acompanhamento técnico agroecológico para sete áreas de pré-assentamentos e também elaborar a própria proposta pedagógica da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.

Desta maneira a Escola Popular é concebida com:

Uma **visão** de que o território do Extremo Sul da Bahia deve ser transformado pela classe trabalhadora por meio da Reforma Agrária, da Agroecologia, da Educação e de Políticas Públicas comprometidas com a soberania popular.

Uma **missão** de se constituir como um espaço de educação popular agroecológica integral, visando processos de produção da existência humana em sua totalidade. Voltados à constituição de agroecossistemas (ou sistemas agroflorestais diversificados) e à formação de sujeitos autônomos e coletivos autogestionários e sustentáveis.

O **objetivo geral** de contribuir para a formação técnica, organizativa e política com base agroecológica de camponeses pesquisadores e de outros sujeitos sociais comprometidos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, fortalecendo as organizações populares envolvidas e impulsionando o desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

¹No ano de 2010, houve a compra da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel e esta passou a se chamar Fibria.No ano de 2018 a Suzano comprou a Fibria e passou a liderar a produção global de celulose.

Possui uma equipe técnica que atua em 19 assentamentos da reforma agrária, que vem contribuindo com o conjunto dos assentados e assentadas, na produção e troca de conhecimentos, pesquisas participativas, capacitações e no debate da organização social da base e na cooperação agrícola.

Para esse trabalho realizam-se ações diretamente nos assentamentos, junto às diversas instâncias que compõem o MST, com trabalhos de recuperação de áreas degradadas, casa de sementes de leguminosas, produção de biofertilizantes e adubos orgânicos, implementação de sistemas agroflorestais, integração energética entre pecuária e agricultura, entre outros.

O formato de trabalhos práticos realizados uma vez por semana para cada um dos assentamentos, em diálogo com a formação teórica, vem ampliando os sentimentos de pertencimento das famílias com relação à escola, o que é estratégico para a luta da classe trabalhadora e para a ampliação do debate da agroecologia nas áreas. Assim, a escola tem se tornado uma referência agroecológica, tanto para as famílias assentadas, como para outras escolas do campo e urbanas e para instituições de ensino estaduais e federais.

Assim o projeto de assentamentos agroecológicos considerando o histórico de vida das famílias sem terra, procura avançar na articulação institucional, pra dar visibilidade e possibilidade de acesso às políticas públicas voltadas para estes segmentos, nos campos da proteção social, da produção agropecuária, da saúde popular e da educação do campo.

(c) A Agroecologia na Educação Básica

A temática da agroecologia na educação básica das escolas de assentamentos e acampamentos integra a estratégia da consolidação da agroecologia na região, visto o potencial de escolas em territórios de áreas de reforma agrária, integram-se nesse 52 escolas, sendo 7 de ensino médio, somando 305 professores e quase quatro mil educandos em diferentes faixas etárias.

Por isso dentre os eixos de atuação da EPAAEB desde o ano de 2014 inclui-se a formação de professores, considerando que esses poderiam exercer também a função de trabalhar com seus educandos os conhecimentos que ajudam a compreender a

agroecologia enquanto conhecimento científico e popular capaz de transformar a realidade dos assentamentos e acampamentos.

Neste âmbito a Escola Popular organizou durante os anos de 2013 e 2014 uma campanha denominada “Extremo Sul pela Vida, Agrotóxico Zero!”, cujos objetivos centraram-se em fomentar atividades criativas e reflexivas, no contexto dos assentamentos e escolas do campo, relacionadas aos riscos do uso de agrotóxicos, exaltando os princípios da agroecologia e o valor da vida. A campanha relacionou-se com dois compromissos do Movimento: defender o princípio da soberania alimentar, para que cada comunidade produza os alimentos necessários para o seu povo e produção agrícola agroecológica, abolindo o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

A campanha percorreu diversas escolas de assentamentos e acampamentos e desta experiência foi possível problematizar o modelo de produção agrícola centrado no uso intensivo de venenos, que além de ser uma realidade das grandes propriedades está presente na vida dos assentamentos e ainda confrontar-se com projetos de educação ambiental fomentadas pelo agronegócio na educação pública como é o caso do “Programa Despertar” coordenado pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR.

A partir do resgate da história oral dos assentados/as e acampados/as se extraiu informações acerca da construção territorial da região, dos municípios e dos próprios assentamentos e acampamentos, como e porque da utilização de agrotóxicos nestes meios, evidenciando as contradições e também as alternativas para quem está no processo de transição para a agroecologia.

Percebemos que a metodologia teve um papel fundamental de sensibilização de educadores, educandos e comunidades. As ações proporcionaram debates sobre o uso de agrotóxicos e a contaminação da natureza que foram para além das escolas.

Outro fruto do percorrido da Escola Popular nas escolas de educação básica, foi perceber que a maioria delas estava inserida em programas de educação ambiental coordenados pelo agronegócio, em especial via SENAR² a partir de seu programa “despertar”. Esse fato trouxe para o seio do setor de educação uma contradição a ser trabalhada, uma vez que os professores do próprio MST estavam sendo formados pela concepção de agricultura do agronegócio. Esta constatação impulsionou a Escola

² Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, integrante do Sistema “S”.

Popular a propor uma série de atividades pautando nossa concepção de projeto de campo e de agroecologia.

A partir daí traçou-se um plano de formação de professores específico em agroecologia, provocando o conjunto do MST da região a refletir sobre o papel da escola na construção de assentamentos agroecológicos, entendendo que a escola pode ser um lugar estratégico para a construção deste conhecimento e que precisa ser ocupado pela nossa concepção e pelas nossas práticas pedagógicas.

Foi possível elaborar coletivamente uma proposta curricular inicial para atuação nas escolas, desenhando algumas diretrizes desse trabalho e como resultado produziu-se o caderno de Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia, este serve de subsídio para o trabalho docente. Vejamos alguns aspectos a serem considerados para a construção da agroecologia no âmbito escolar:

A formação continuada de educadores deve ser pensada a partir da vivência comunitária e das práticas sociais nas comunidades; o educador do campo necessariamente precisa estar vinculado ao povo, precisa entender o projeto educativo das escolas do MST e das escolas do campo e com isso compreender que a escola não é uma ilha, mas parte desta construção histórica e que a agroecologia é uma prática social que não se constrói murada na escola. A elaboração de materiais didáticos e os estudos continuados são condições para melhor compreensão do currículo; há muitos materiais de agroecologia, no entanto é necessário adequar sua linguagem para que professores e estudantes possam se apropriar melhor destes conhecimentos. A agroecologia deve permitir a análise crítica da realidade. A relação com a comunidade é essencial no processo educacional; neste contexto o território é a matéria-prima viva dos estudos, sendo necessário articular os conhecimentos escolares dos estudantes com a organização social e produtiva que existe no entorno, envolvendo pais e mães como educadores. A agroecologia é um processo de construção do conhecimento e pode ser uma forma de exercício da criatividade na escola, além de articulação entre teoria e prática (Ribeiro, D.S. Et all pg. 18)

Diante disso o território possui grande potencial no que tange a construção do conhecimento agroecológico nas escolas, pois o mesmo caminha para a mobilização entre os docentes provocando uma construção pedagógica coletiva, impulsionando uma atuação da escola junto à comunidade, traz também a dimensão do trabalho como princípio educativo para o chão da escola e promove uma problematização a cerca dos impactos do uso dos agrotóxicos para a terra e para a saúde humana.

Por isso acredita-se que a construção de um curso de especialização em Educação e Agroecologia destinado a professores da Educação Básica irá possibilitar o avanço da construção da proposta da agroecologia na esfera da educação escolar e contribuirá para o fortalecimento de uma escola pública comprometida com o desenvolvimento das populações que residem no campo.

III. OBJETIVOS DO CURSO

- Formar profissionais da educação básica que atuam nas escolas do campo do extremo Sul da Bahia para o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as práticas de educação e suas relações com o trabalho e a agroecologia;
- Contribuir para a consolidação do conhecimento e das práticas de agroecologia nas escolas do campo;
- Constituir espaços de estudo e reflexão sobre as relações entre Trabalho-Educação-Agroecologia sob a perspectiva de suas determinações e implicações históricas e pedagógicas;
- Potencializar uma ação docente crítico-emancipatória, em contraste com a racionalidade utilitarista instrumental.

IV. REQUISITOS DE ACESSO

- Ser professor, educador, coordenador pedagógico ou gestor escolar em uma das escolas do campo do extremo sul ou baixo sul da Bahia;
- Ser educador da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto e desenvolver práticas pedagógicas vinculadas aos professores das escolas do campo;

V. PROCESSO SELETIVO

O processo de seleção estará a cargo da Comissão de Planejamento Pedagógico, composta por professores das duas escolas. Para esta seleção serão obedecidos os seguintes critérios:

- Ter atuação profissional vinculada aos requisitos de acesso do curso;
- Apresentar memorial que expresse sua atuação como educador do campo e as intenções com relação ao curso.

VI. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO DOCENTE

O egresso deverá estar apto a:

- 1 - Atuar na docência desenvolvendo processos educativos no âmbito da formulação do planejamento curricular, do planejamento educacional, dos processos avaliativos e das estratégias metodológicas do processo ensino-aprendizagem em Agroecologia.
- 2 - Compreender as relações históricas e epistemológicas entre os campos da Educação, do Trabalho e da Agroecologia;
- 3 - Desenvolver investigações e sistematização de experiências que contribuam para a *práxis* docente.

VII. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura e funcionamento do curso terá como base a **Pedagogia da Alternância, a partir dos fundamentos da Educação do Campo**. O curso será dividido, portanto, em 4 etapas de Tempo Escola e 3 etapas de Tempo Comunidade, potencializando a relação teoria e prática, os estudos de realidade e o colocar-se do sujeito histórico no mundo. Em ambos os Tempos serão realizados ensino, pesquisa e práticas pedagógicas diversas.

Serão ofertadas 50 vagas, para a turma.

O curso prevê a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso – estudo sobre a realidade sociohistórica do território, planejamento educacional, metodologia e material pedagógico ou projeto de intervenção em agroecologia neste território, integrando dimensões teóricas e vivenciais. Este trabalho será apresentado publicamente durante a última etapa do curso e será orientado por docentes das duas escolas.

O Tempo Escola assegurará momento para estudos individuais orientados para o foco de pesquisa, assim como para grupos de estudo, com orientação coletiva das monografias e/ou para seminários sobre tópicos temáticos especiais, considerados necessários no processo de formação e não contemplados pelos demais componentes curriculares.

O Tempo Escola será desenvolvido na Sede da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egidio Bruneto em Itamaraju (Bahia). A duração prevista é de treze meses com carga horária total de 488h. Está organizado em quatro unidades de aprendizagem com um componente presencial em sala de aula (368h) e outro em atividades de campo e investigação (120h).

Nos meses de janeiro (2019), julho (2019) e janeiro (2020), períodos de férias escolares, serão ministradas unidades com maior carga horária, 96h cada, durante duas semanas de atividades. Em outubro (2019) acontecerá um encontro de 10 dias, com 80h de duração. Os períodos de tempo escola serão intercalados com três tempos comunidade, cada um deles com duração de 40h.

Na sequência são apresentados os quatro componentes curriculares com suas respectivas cargas horárias, objetivos e temas a serem abordados:

❖ COMPONENTE CURRICULAR 1:

EPISTEMOLOGIAS E HISTORICIDADE DA CIÊNCIA E DA AGROECOLOGIA – 84h

Objetivo :

Discutir, na perspectiva histórica, a construção da ciência e da agroecologia nas sociedades.

Temas do Tempo Aula 1:

- Território: a geografia da vida e determinação social do processo saúde-doença.
- Filosofia da Ciência: a historicidade do saber popular e do saber científico.
- Tecnologia e Tecnologia Social
- História da Agricultura.
- História e fundamentos da Agroecologia.
- Introdução sobre os transgênicos e seus impactos sociais e econômicos;

Tempo Comunidade 1

- Realizar diagnóstico sociohistórico sobre o território e sobre a história do desenvolvimento das práticas de agricultura convencional e da agroecologia;
- Construir seminário de discussão sobre a análise sociohistórica do território;
- Estruturar grupo de estudos na Escola com o corpo docente e dirigente da escola;
- Realizar uma roda de conversa com a comunidade sobre a agroecologia e o desenvolvimento de atividades pedagógicas sobre o tema.

❖ COMPONENTE CURRICULAR 2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO DOCENTE – 84h

Objetivo

- Problematizar a relação trabalho-educação, as teorias e tendências pedagógicas e a prática docente nas escolas do campo.

Temas do Tempo Aula 2:

- Trabalho e educação: perspectiva histórico-ontológica.
- Politecnia e trabalho como princípio educativo.
- Educação do campo, trabalho, saúde e agroecologia.
- Relação homem-natureza-consumo nas sociedades capitalistas.
- Teorias e tendências pedagógicas.
- O docente das escolas do campo como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Tempo Comunidade 2

- Realizar o mapa falante, com mapeamento das experiências de agroecologia que existem no território;
- Desenvolver atividade sobre soberania alimentar e promoção da alimentação saudável com a comunidade;
- Realizar uma roda de conversa com a equipe de saúde da família sobre agroecologia e saúde.

❖ COMPONENTE CURRICULAR 3

DISCIPLINA: A PRÁTICA DOCENTE E A AGROECOLOGIA

Objetivo

Discutir os fundamentos e o planejamento da prática docente em agroecologia: o processo de ensino aprendizagem, o planejamento educacional e as tecnologias educacionais.

Temas do Tempo Aula 3:

- Processo de ensino-aprendizagem e agroecologia nos diferentes ciclos de vida;
- Multi, inter e transdisciplinaridade nos currículos das escolas do campo e a agroecologia;
- Oficinas de planejamento educacional em agroecologia: fundamentos técnicos da agroecologia; teoria e prática em agroecologia: sistema agroflorestal; biofertilizantes; defensivos orgânicos; caldas; botânica; biocenose e minerais do solo; agrobiodiversidade;
- Saneamento ecológico: manejos das águas e dos resíduos, reúso, relação saneamento-agroecologia-saude e a Política Nacional de Saneamento Rural.
- Tecnologias educacionais, tecnologias sociais e a disseminação do conhecimento em agroecologia (materiais didáticos; vídeos, etc).

Tempo Comunidade 3

- Construir o planejamento educacional multidisciplinar para a abordagem da agroecologia envolvendo as famílias e a comunidade de acordo com a realidade do território, suas fortalezas e debilidades atuais, potencialidades e ameaças futuras;
- Estruturar o trabalho de conclusão de curso: da realidade do território ao planejamento educacional em agroecologia.

❖ COMPONENTE CURRICULAR 4:

PROCESSO INVESTIGATIVO, SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E TCC – 76h

Objetivo

Discutir os pressupostos teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento e da sistematização da experiência na prática docente.

Temas do Tempo Aula 4:

- Os métodos de pesquisa;
- Sistematização de experiências;
- Seminários de orientação do TCC.

CRONOGRAMA DO CURSO:

Mês/Ano	Jan 2019	Jan 2019	Tempo Comunidade 1	Jul 2019	Jul 2019	Tempo Comunidade 2	Out 2019	Out 2019	Tempo Comunidade e 3	Jan 2020	Jan 2020
Componentes curriculares	Epistemologias e historicidade da ciência e da agroecologia	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC	Diagnóstico sociohistórico sobre o território; Seminário para socialização; Grupo de estudos com corpo docente da escola; Realizar roda de conversa com a comunidade.	Fundamentos da Educação e do Trabalho Docente	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC	Mapeamento em agroecologia. Atividade educativa sobre soberania alimentar e promoção da alimentação saudável com a comunidade Roda de conversa com a equipe de saúde da família sobre agroecologia, e saúde.	A práxis docente e a Agroecologia	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC	Planejamento educacional em agroecologia Estruturar o trabalho de conclusão de curso: da realidade do território ao planejamento educacional em agroecologia	Síntese integradora dos componentes teórico-metodológicos do curso: os fundamentos da prática educativa em agroecologia	Processo investigativo, sistematização de experiências e TCC
Carga horária	84h	12h	40h	84h	12h	40h	68h	12h	40h	56h	40h
Total	488h										

VIII. METODOLOGIA

O curso terá a duração de 13 meses, com sete etapas, sendo: a) quatro etapas de estudos teóricos, ou Tempo Escola, com 8h diárias de aulas, que incluem a realização de estudos, aulas, apresentação dos trabalhos e debates (seminários temáticos) com a turma, com carga horária total de 368 h/a. Todos os módulos conterão os eixos problematizadores: método e pesquisa; relação entre capital e trabalho; Estado; educação do campo.

A coordenação político-pedagógica do curso (CPP), formada pela coordenação do curso, por professores indicados pela EPAAEB e pela representação da turma responsável pelo planejamento e acompanhamento de todo o processo pedagógico, deverá assegurar que as estratégias de Tempo Comunidade do curso sejam um espaço de diálogo e de aprofundamento teórico, permitindo ao conjunto de participantes extrair lições para a pesquisa e outras atividades de formação.

As três etapas de Tempo Comunidade serão realizadas nos intervalos entre os Tempos Escola, quando os educandos(as) dedicarão 40 horas de trabalho para atividades orientadas pela Coordenação e pelos docentes, totalizando 120 h/a de carga horária. Nesse período, os educandos desenvolverão suas atividades de pesquisa e extensão, nas escolas, serviços de saúde, assentamentos e acampamentos dos quais são oriundos.

IX. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do curso está de acordo com a compreensão que a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz tem sobre o trabalho educativo, no qual concebe o educador como um intelectual que reflete sobre sua prática, embasado em teorias sobre o sujeito e a sociedade, trazendo uma determinada concepção de mundo. Neste sentido, a avaliação não se apresenta segmentada do processo educativo em toda a sua complexidade.

Mais importante que atribuir conceitos e notas que explicitem um poder e um controle, ensinamos constituir um processo de avaliação que contribua para a construção de conhecimentos sobre a educação – e especialmente sobre a educação profissional em saúde.

A avaliação será processual e se dará ao longo do curso, tomando como referência a experiência dos discentes e sua trajetória ao longo do processo formativo: avanços teórico-conceituais e sua aplicação prática, produções, participação individual e em grupo, dentre outros.

Ao final do curso, o educando apresentará (de forma escrita e oral) um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que consistirá da análise da realidade sociohistórica do território e do planejamento educacional em agroecologia.

Respeitando as normas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, ao final do curso será atribuído um dos seguintes conceitos: excelente (A – entre 10 e 9); bom (B – entre 8,9 e 7,5); regular (C entre 7,4 e 6); insuficiente (D - inferior a 6). Ressalta-se ainda que para aprovação o estudante deverá apresentar 75% de presença em cada disciplina e no curso em sua fase de concentração (fase presencial). Os discentes serão avaliados por frequência, participação e trabalhos desenvolvidos ao longo das unidades/disciplinas e pelo trabalho de conclusão de curso.

X. CERTIFICAÇÃO

Os certificados de especialista em educação e agroecologia serão expedidos pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

XI. COORDENAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA

EPSJV/Fiocruz: Alexandre Pessoa Dias e Marcela Alejandra Pronko;

EAAEB: Eliane Oliveira da Silva Kai e Dionara Soares Ribeiro.

Representante da Turma:

XII. CORPO DOCENTE

Nome do Docente do Brasil	Titulação	Atuação na(s) Disciplina(s)
Alexandre Pessoa Dias	Engenheiro sanitaria; Doutor em Medicina Tropical, Mestre em Engenharia Ambiental; Professor e pesquisador - EPSJV/Fiocruz;	Componentes curriculares 1, 3 e 4
Anakeila de Barros Stauffer	Pedagoga; Doutora em Educação e Ciências Sociais – PUC-RJ; Professora e pesquisadora - EPSJV/Fiocruz;	Componentes curriculares 2,3 e 4
Ingrid D´avilla Freire Pereira	Nutricionista; Doutora em Saúde Pública – ENSP/Fiocruz; Professora e pesquisadora - EPSJV/Fiocruz;	Componentes curriculares 2,3 e 4
Marcela Alejandra Pronko	Graduada em Ciências da Educação; Doutora em História – UFF; Mestre em Educação – UFF; Professora e pesquisadora - EPSJV/Fiocruz;	Componentes curriculares 1 e 4
Ronaldo dos Santos Travassos	Pedagogo. Doutor em Educação na área de Filosofia e História da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP. Professor e pesquisador - EPSJV/Fiocruz;	Componentes curriculares 2,3 e 4.
Carla Macedo Martins	Graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989), mestrado (1996) e doutorado (2001) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora e pesquisadora -EPSJV/Fiocruz.	Componente curricular 1

*Serão incluídos outros docentes da EPSJV/Fiocruz, mediante convite amplo em reunião aberta na Escola, bem como demais docentes da EPAAEB. Os docentes mencionados aqui estão mais diretamente envolvidos na construção da proposta.

Docentes da EPAAEB

Nome completo: Iara Maria Lopes Rangel
Titulação: Doutorado
Forma de contratação: Colaboração Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto

Experiência acadêmica e profissional: Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012), Mestrado (2014) e Doutorado em Agronomia-Ciência do Solo (2018) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de manejo e conservação da água e do solo, com foco nos atributos químicos, físicos e biológicos do solo.

Endereço Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0858788839164511>

Nome completo: Caroline Bahniuk

Titulação: Doutorado

Forma de contratação: Colaboração Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto

Experiência acadêmica e profissional: Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2003). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela mesma instituição (2006). Mestre em Educação (2008) e Doutora em educação (2015) ambos cursos realizados na Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente realiza estágio de pós doutoramento no Programa de Pós Graduação em Serviço Social na UFSC. Possui experiência na área da docência, formação de educadores e no acompanhamento pedagógico de escolas de Educação Básica. Pesquisa os processos de dominação e resistência na escola e no ensino.

Endereço Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1261539000222236>

Nome completo:

Elisiani Vitória Tiepolo

Titulação: Mestre

Forma de contratação: Colaboração Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto

Experiência acadêmica e profissional:

Graduação em Letras, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em Letras pela UFPR. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da PUC/PR. Professora da UFPR, Setor Litoral. Experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Alfabetização de Jovens e Adultos e Literatura Infanto-Juvenil, atuando principalmente nos seguintes temas: alfabetização jovens e adultos, metodologias do ensino da língua portuguesa, de literatura, de jovens e adultos.

Endereço Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7148899466683562>

REFERÊNCIAS

Brasil. *Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>.

Acesso em: 04 nov 2018.

Brasil. *Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2013. Altera a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF)*. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311_23_10_2014.html>.

Acesso em: 04 nov 2018.

_____. *Portaria GM nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF)*. Ministério da Saúde. Brasília, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html>.

Acesso em: 15 mar 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo*. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Caldart, Roseli Salete (org.) *Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto*. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, D. S. et al. *Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2017.

O PROGRAMA AGRÁRIO. Secretaria Nacional do MST; SILVICULTURA DE EUCALIPTO NO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA: Situação Atual e Perspectivas Ambientais, IMA (2008);

NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves Cerqueira. Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N°31, pp. 55 - 68, 2012. Acesso em 08 de outubro de 2018 e disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74252>.